

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alta da receita não evita deficit ..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU cria "malha fina" das contas públicas e mira ministérios ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Recorde para o mês, arrecadação alcança R\$ 164,1 bi em março ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita afrouxa fiscalização para liberar importações ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova regra de precatório elevará dívida, avisa Salto ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Retomada de serviços engorda arrecadação de ISS nas capitais ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça assegura vitória do contribuinte no Carf ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Parlamentares aprovam projeto de lei que garante recursos para Plano Safra ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo registra déficit de R\$ 6,3 bi ..... 14

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

13º do INSS: novo grupo recebe primeira parcela adiantada nesta sexta ..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Não há recursos para ampliar os R\$ 400 do Auxílio Brasil, diz secretário do Tesouro ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo acena com crédito para Proex no fim de maio ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Policiais federais protestam contra reajuste de 5% ..... 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil entre os países com maior taxa de desemprego ..... 20

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso aprova redução de impostos.....	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro eleva tributo sobre bancos para custear Simples.....	22
O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
No STF, pressão por fim do inquérito das fake news.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Guerra acelera disparada dos preços na indústria.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PL de criptomoedas pode destravar fundos.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL ECONOMIA	
Brasil lidera ranking de devastação de florestas.....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Entre os campeões do desemprego.....	28
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro culpa governadores por crise econômica.....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Com rombo de R\$ 6,3 bi, Tesouro tem pior resultado para março desde início da pandemia .....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Há inflação, mas não desabastecimento, afirma Bolsonaro.....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Brasil cria 136 mil vagas formais em março, mas salários têm nova queda.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
O que era ruim ficou pior (Editorial).....	35
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Brasil, o paraíso das commodities (Artigo).....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar volta a testar os R\$ 5, mas recua e fecha a R\$ 4,94.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
EUA veem Brasil como líder regional na reorganização de cadeias globais.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Gestão de risco e política monetária (Artigo).....	39

---

Sexta-Feira, 29 de Abril de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Inflação e câmbio vão dar o tom dos balanços do 1º tri..... 40

# Alta da receita não evita deficit

*rosana hessel*

A **Receita federal** informou ontem que a arrecadação de **tributos** federais bateu recorde em março, somando R\$ 164,1 bilhões, um aumento real (já descontada a **inflação**) de 6,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. No entanto, a disparada das receitas não conseguiu evitar um saldo negativo de R\$ 6,3 bilhões, o primeiro do ano, nas contas públicas consolidadas do governo central ? que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência.

O deficit primário (que não contabiliza as despesas com juros da dívida pública) foi resultado de um salto de 13,5%, em termos reais, nas despesas, em relação a março de 2021, para R\$ 143,7 bilhões. Já as receitas líquidas, descontadas as transferências para estados e municípios, avançou em ritmo menor, de 6,7%, para R\$ 140,4 bilhões.

O secretário do Tesouro, Paulo Valle, minimizou o avanço das despesas e destacou que, devido a uma mudança de cronograma no pagamento de abono salarial e de seguro-desemprego, houve um aumento de R\$ 11,6 bilhões no volume desses gastos. Ele destacou ainda que, por conta do aumento do Bolsa Família, que passou a se chamar Auxílio Brasil, essa despesa também aumentou, passando de R\$ 3 bilhões, em março do ano passado, para R\$ 7,4 bilhões neste ano.

"As receitas estão crescendo, e boa parte disso está sendo influenciada pelos preços das commodities, que ajudam as receitas especiais, como royalties", destacou a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado. Ela lembrou que, assim como os governos regionais, os resultados primários da União estão vindo melhores por conta desse componente da receita e como resultado da inflação. "O problema é que o governo tem sinalizado medidas que podem piorar a trajetória das despesas nos próximos meses", alertou.

As contas do Tesouro fecharam no azul no mês passado, somando R\$ 13,9 bilhões, dado 43,5% inferior, em termos reais, ao registrado no mesmo período de 2021. O deficit do Banco Central somou R\$ 54 milhões em março. Já o rombo da **Previdência Social** encolheu 9,6% na comparação com o mesmo mês de 2021, somando R\$ 20,1 bilhões.

No acumulado do ano, as contas do governo central apresentaram superavit primário de R\$ 49,6 bilhões,

86% acima, em termos reais, do saldo positivo contabilizado no primeiro trimestre de 2021. No acumulado em 12 meses até março, o deficit primário das contas do governo central somou R\$ 15,5 bilhões.

Nesse mesmo período, o rombo da **Previdência Social** ficou em R\$ 262 bilhões, dado R\$ 45,7 bilhões inferior ao saldo negativo no mesmo intervalo de 2021. Já o deficit previdenciário dos servidores e dos militares, que ficaram fora da reforma de 2019, praticamente não sofreu alteração e somou R\$ 103,4 bilhões. (Colaborou Michelle Portela)

# TCU cria "malha fina" das contas públicas e mira ministérios

*Idiana Tomazelli*

As demonstrações financeiras dos maiores ministérios do Poder Executivo passarão a receber atenção especial do TCU (Tribunal de Contas da União), que criou uma espécie de malha fina das contas públicas para ampliar o rigor no diagnóstico de eventuais irregularidades.

Uma norma estipulada pelo tribunal em março deste ano prevê critérios objetivos para determinar quais pastas cairão nessa malha fina. Um deles é responder, individualmente, por ao menos 2% das despesas do Orçamento.

Com a nova regra, os ministérios da Educação, Defesa, Infraestrutura, Agricultura e do Trabalho e Previdência precisarão, pela primeira vez, prestar contas de forma integrada ao TCU, que analisará o conjunto da obra na gestão desses órgãos. Economia, Cidadania e Saúde também estão na lista, mas já vinham sendo cobrados a apresentar relatórios mais abrangentes.

Ministros de Estado poderão ser responsabilizados, caso sejam detectadas irregularidades graves que possam ser atribuídas a suas gestões. Os resultados também vão nortear a avaliação anual das contas do presidente da República de 2022, a serem julgadas pela corte de contas no ano que vem.

Um dos alvos da lupa do TCU, o MEC entra no mapa da fiscalização no mesmo ano em que sofre desgaste diante de denúncias e indícios de mau uso da verba pública.

Em um dos casos, prefeitos apontam um balcão de negócios no MEC, operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, para agilizar a liberação de valores a gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão, bloco político de sustentação ao governo Jair Bolsonaro (PL).

A situação do então ministro da Educação, Milton Ribeiro, se agravou após a Folha revelar, em 21 de março, um áudio em que ele cita a priorização das prefeituras sob intermediação dos pastores e afirma que foi um "pedido especial" de Bolsonaro. Ele deixou o cargo uma semana depois.

Em abril, a Folha mostrou que o MEC destinou R\$ 26 milhões para a compra de kits de robótica para escolas de pequenas cidades de Alagoas que sofrem com uma série de deficiências de infraestrutura básica, como falta de salas de aula, de computadores, de internet e até de água encanada.

A liberação de recursos para aliados ocorre ao mesmo tempo em que o governo trava a liberação de R\$ 434 milhões a prefeituras de todo o país, deixando paradas construções de creches, escolas, salas de aulas e quadras.

Técnicos do tribunal afirmam que a inclusão do MEC na lista das chamadas "unidades significativas" a serem fiscalizadas com maior rigor é uma coincidência. A pasta executa 3,37% do Orçamento federal e, por isso, preencheu os critérios da nova regra do órgão de controle.

Até 2020, a análise das contas de governo era feita pelo TCU de forma difusa, mirando nas secretarias-executivas (segundo posto mais importante de um ministério) e nas secretarias de cada pasta.

Na Economia, por exemplo, **Receita Federal**, Tesouro Nacional e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) eram alvos regulares do rigor da corte de contas, dada a importância dos valores gerenciados por esses órgãos.

Além disso, nem todos os ministérios responsáveis por volume significativo de despesas eram convocados anualmente a prestar contas. Havia uma regra de alternância, e algumas pastas poderiam apresentar apenas relatórios de gestão, mais resumidos. A lista era definida ano a ano pelas unidades técnicas do TCU e da CGU (Controladoria-Geral da União).

A partir de 2020, a análise foi ampliada, mas ainda não havia um critério definido para a seleção dos alvos da fiscalização. Para se ter uma ideia, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) precisou prestar contas de lá para cá, mas o MEC pôde apresentar apenas relatório de gestão.

Agora, a análise é mais abrangente e integrada. Além disso, os ministérios que se encaixarem nos critérios serão submetidos sistematicamente a julgamento de contas pelo TCU.

O novo sistema é comparado pelos técnicos à metodologia da **Receita Federal**, que tem uma estrutura especial para analisar a conformidade das declarações de grandes contribuintes, que precisam recolher anualmente milhões em **tributos**.

Relator da decisão que instituiu a nova regra, o ministro do TCU Antonio Anastasia destacou em seu voto que os critérios vão melhorar a atuação da corte de contas.

"Se, por um lado, a adoção dos critérios da despesa orçamentária e da relevância patrimonial restringe o universo de Unidades Prestadoras de Contas (UPC) classificadas como significativas para fins de julgamento pelo tribunal, de outra banda, o conjunto de análises em cada processo será bem mais extenso e aprofundado, permitindo uma avaliação mais efetiva da qualidade e da regularidade da gestão", disse o ministro.

A existência da malha fina das contas não impede a atuação do TCU em ministérios menores, caso haja indício de irregularidades a serem investigadas. Para isso, a corte pode instaurar as chamadas tomadas de contas especiais.

O novo modelo foi elaborado após recomendações da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), uma espécie de clube de países ricos, do qual o Brasil almeja fazer parte.

Em 2012, o diagnóstico da OCDE apontou que o TCU auditava as contas de governo antes mesmo de avaliar os demonstrativos dos gestores ou dos ministérios, um trabalho que poderia fornecer subsídios importantes à primeira tarefa.

Para Élide Pinto, professora da FGV-SP e procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, o novo modelo pode ser positivo, desde que não gere "sobrecarga burocrática" ao TCU, dada a abrangência da análise.

Ela destaca que a corte de contas já costuma aferir o cumprimento de determinadas obrigações, como os gastos mínimos em saúde e educação.

"Lógico que, se o TCU está sugerindo pensar o ciclo de gestão de ministérios relevantes, isso faz sentido", diz Pinto.

"Ele está cumprindo o planejamento, está entregando o que a sociedade espera? Isso permitiria aprimorar o controle qualitativo do gasto, alcança não só a conformidade legal, mas os resultados", afirma a professora.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>**

## 'Malha fina' das contas públicas

TCU vai analisar com lupa as finanças dos maiores ministérios



### Empresas estatais a serem fiscalizadas

- BNDES
- Caixa Econômica Federal
- Petrobras
- Banco do Brasil

Fonte: TCU

# Recorde para o mês, arrecadação alcança R\$ 164,1 bi em março

**LORENNA RODRIGUES GUILHERME PIMENTA**  
**BRASÍLIA**

A arrecadação de **impostos**, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 164,1 bilhões em março, informou ontem a Secretaria da **Receita Federal**.

O valor foi o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Na comparação com o mesmo mês do ano passado - R\$ 153,5 bilhões (valor corrigido pela **inflação**) -, houve aumento real de 6,92%. Apesar dessa arrecadação, as contas públicas fecharam no vermelho (leia mais ao lado).

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Estadão/Broadcast, entre R\$ 148,192 bilhões e R\$ 166,661 bilhões. O dado divulgado ontem superou a mediana, de R\$ 156,416 bilhões.

De acordo com a **Receita Federal**, o aumento da arrecadação está relacionado, entre outros fatores, a pagamentos atípicos de IRPJ e CSLL, de R\$ 3 bilhões.

Segundo o órgão, o pagamento foi feito por empresas ligadas ao setor de commodities (produtos básicos com cotação internacional, como alimentos e petróleo). Além disso, houve aumento real de 18% na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), principalmente pela receita decorrente da tributação de participação de lucros e resultados.

A receita previdenciária também impulsionou a arrecadação em março, ao subir 4% em termos reais. "Esse resultado pode ser explicado pelo aumento da massa salarial por meio da criação de novos postos de trabalho e pelo aumento real de 27% na arrecadação do Simples Nacional", afirmou o órgão.

No acumulado do trimestre, ainda segundo dados oficiais, a arrecadação federal somou R\$ 548,1 bilhões. Em valores corrigidos pela **inflação**, totalizou R\$ 556,7 bilhões (novo recorde), o que representa alta real de 11% na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 501,2 bilhões). Os números da Receita mostram que foi a maior arrecadação para o período de janeiro a março na série histórica, desde 1995.

O chefe do centro de estudos tributários da **Receita**

**Federal**, Claudemir Malaquias, informou que houve uma queda de **tributos** após redução de PIS/Cofins sobre combustíveis, anunciada pelo governo na tentativa de reduzir o impacto nos preços no ano em que o presidente Jair Bolsonaro tenta a reeleição. Segundo os dados divulgados, houve redução de R\$ 300 milhões na arrecadação do PIS/Cofins em março. O efeito maior, segundo Malaquias, será sentido em abril.

O economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flavio Serrano, disse que a arrecadação veio em linha com as expectativas do mercado financeiro e sob fatores como a recuperação do setor de serviços e do mercado de trabalho.

OPORTUNIDADE. "A arrecadação está fazendo o papel dela, apoiada em uma **inflação** que deve ficar acima de 8% este ano e na disparada das commodities, mas a gente não tem uma contrapartida do governo pelo lado das despesas", afirma o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. "O governo não está aproveitando este "boom" para criar um superávit primário. Está olhando para outubro (data das eleições), e não para o longo prazo."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Receita afrouxa fiscalização para liberar importações

A Positivo recomenda o Windows 11 Pro para empresa.

Excelência em Atendimento

24h

Conheça outros casos em [positivoempresas.com.br](http://positivoempresas.com.br)

## Mude sua maneira de produzir e fazer negócio.

Para Fabiano Longaray, CIO do Grupo Sinosserra, a locação de equipamentos é a solução ideal para sua operação. "O que mais me surpreendeu foi a qualidade e os equipamentos duradouros e de alto desempenho". **Positivo As A Service** criada para facilitar seu dia a dia corporativo, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

**COM A LOCAÇÃO, RENOVEI MINHAS MÁQUINAS SEM DESPENDER GRANDES VOLUMES FINANCEIROS**

Fabiano Longaray  
CIO do Grupo Sinosserra

**POSITIVO AS A SERVICE**

Este é o momento de agregar mais valor ao seu negócio, produzindo mais com menos investimentos. Escaneie o QR CODE para saber mais. [positivoasservice.com.br](http://positivoasservice.com.br)  
0800 721 1277 e WhatsApp 41 99149 5371

**ALL-IN-ONE POSITIVO MASTER A2200**  
Processador Intel® Core™  
Windows 11 Pro  
Armazenamento de até 2TB de HD  
Memória de até 32GB  
Tela LED de 21.5" Full HD

Família de Processadores Intel® Core™

© 2022 Positivo Tecnologia S.A. Todos os direitos reservados. Os casos citados não são de caráter publicitário e não representam uma recomendação de compra. Positivo e o logotipo Positivo são marcas registradas da Positivo Tecnologia S.A. Intel, Intel Core, Intel Core i7, Intel Core i5, Intel Core i3, Intel Core i9, Intel Core M, Intel Core vPro, Intel Core Xeon, Intel Core Xeon Phi, Intel Core Xeon Processor, Intel Core Xeon Processor E3, Intel Core Xeon Processor E5, Intel Core Xeon Processor E7, Intel Core Xeon Processor E9, Intel Core Xeon Processor E11, Intel Core Xeon Processor E12, Intel Core Xeon Processor E13, Intel Core Xeon Processor E14, Intel Core Xeon Processor E15, Intel Core Xeon Processor E16, Intel Core Xeon Processor E17, Intel Core Xeon Processor E18, Intel Core Xeon Processor E19, Intel Core Xeon Processor E20, Intel Core Xeon Processor E21, Intel Core Xeon Processor E22, Intel Core Xeon Processor E23, Intel Core Xeon Processor E24, Intel Core Xeon Processor E25, Intel Core Xeon Processor E26, Intel Core Xeon Processor E27, Intel Core Xeon Processor E28, Intel Core Xeon Processor E29, Intel Core Xeon Processor E30, Intel Core Xeon Processor E31, Intel Core Xeon Processor E32, Intel Core Xeon Processor E33, Intel Core Xeon Processor E34, Intel Core Xeon Processor E35, Intel Core Xeon Processor E36, Intel Core Xeon Processor E37, Intel Core Xeon Processor E38, Intel Core Xeon Processor E39, Intel Core Xeon Processor E40, Intel Core Xeon Processor E41, Intel Core Xeon Processor E42, Intel Core Xeon Processor E43, Intel Core Xeon Processor E44, Intel Core Xeon Processor E45, Intel Core Xeon Processor E46, Intel Core Xeon Processor E47, Intel Core Xeon Processor E48, Intel Core Xeon Processor E49, Intel Core Xeon Processor E50, Intel Core Xeon Processor E51, Intel Core Xeon Processor E52, Intel Core Xeon Processor E53, Intel Core Xeon Processor E54, Intel Core Xeon Processor E55, Intel Core Xeon Processor E56, Intel Core Xeon Processor E57, Intel Core Xeon Processor E58, Intel Core Xeon Processor E59, Intel Core Xeon Processor E60, Intel Core Xeon Processor E61, Intel Core Xeon Processor E62, Intel Core Xeon Processor E63, Intel Core Xeon Processor E64, Intel Core Xeon Processor E65, Intel Core Xeon Processor E66, Intel Core Xeon Processor E67, Intel Core Xeon Processor E68, Intel Core Xeon Processor E69, Intel Core Xeon Processor E70, Intel Core Xeon Processor E71, Intel Core Xeon Processor E72, Intel Core Xeon Processor E73, Intel Core Xeon Processor E74, Intel Core Xeon Processor E75, Intel Core Xeon Processor E76, Intel Core Xeon Processor E77, Intel Core Xeon Processor E78, Intel Core Xeon Processor E79, Intel Core Xeon Processor E80, Intel Core Xeon Processor E81, Intel Core Xeon Processor E82, Intel Core Xeon Processor E83, Intel Core Xeon Processor E84, Intel Core Xeon Processor E85, Intel Core Xeon Processor E86, Intel Core Xeon Processor E87, Intel Core Xeon Processor E88, Intel Core Xeon Processor E89, Intel Core Xeon Processor E90, Intel Core Xeon Processor E91, Intel Core Xeon Processor E92, Intel Core Xeon Processor E93, Intel Core Xeon Processor E94, Intel Core Xeon Processor E95, Intel Core Xeon Processor E96, Intel Core Xeon Processor E97, Intel Core Xeon Processor E98, Intel Core Xeon Processor E99, Intel Core Xeon Processor E100. Intel, Intel Core, Intel Core i7, Intel Core i5, Intel Core i3, Intel Core i9, Intel Core M, Intel Core vPro, Intel Core Xeon, Intel Core Xeon Phi, Intel Core Xeon Processor, Intel Core Xeon Processor E3, Intel Core Xeon Processor E5, Intel Core Xeon Processor E7, Intel Core Xeon Processor E9, Intel Core Xeon Processor E11, Intel Core Xeon Processor E12, Intel Core Xeon Processor E13, Intel Core Xeon Processor E14, Intel Core Xeon Processor E15, Intel Core Xeon Processor E16, Intel Core Xeon Processor E17, Intel Core Xeon Processor E18, Intel Core Xeon Processor E19, Intel Core Xeon Processor E20, Intel Core Xeon Processor E21, Intel Core Xeon Processor E22, Intel Core Xeon Processor E23, Intel Core Xeon Processor E24, Intel Core Xeon Processor E25, Intel Core Xeon Processor E26, Intel Core Xeon Processor E27, Intel Core Xeon Processor E28, Intel Core Xeon Processor E29, Intel Core Xeon Processor E30, Intel Core Xeon Processor E31, Intel Core Xeon Processor E32, Intel Core Xeon Processor E33, Intel Core Xeon Processor E34, Intel Core Xeon Processor E35, Intel Core Xeon Processor E36, Intel Core Xeon Processor E37, Intel Core Xeon Processor E38, Intel Core Xeon Processor E39, Intel Core Xeon Processor E40, Intel Core Xeon Processor E41, Intel Core Xeon Processor E42, Intel Core Xeon Processor E43, Intel Core Xeon Processor E44, Intel Core Xeon Processor E45, Intel Core Xeon Processor E46, Intel Core Xeon Processor E47, Intel Core Xeon Processor E48, Intel Core Xeon Processor E49, Intel Core Xeon Processor E50, Intel Core Xeon Processor E51, Intel Core Xeon Processor E52, Intel Core Xeon Processor E53, Intel Core Xeon Processor E54, Intel Core Xeon Processor E55, Intel Core Xeon Processor E56, Intel Core Xeon Processor E57, Intel Core Xeon Processor E58, Intel Core Xeon Processor E59, Intel Core Xeon Processor E60, Intel Core Xeon Processor E61, Intel Core Xeon Processor E62, Intel Core Xeon Processor E63, Intel Core Xeon Processor E64, Intel Core Xeon Processor E65, Intel Core Xeon Processor E66, Intel Core Xeon Processor E67, Intel Core Xeon Processor E68, Intel Core Xeon Processor E69, Intel Core Xeon Processor E70, Intel Core Xeon Processor E71, Intel Core Xeon Processor E72, Intel Core Xeon Processor E73, Intel Core Xeon Processor E74, Intel Core Xeon Processor E75, Intel Core Xeon Processor E76, Intel Core Xeon Processor E77, Intel Core Xeon Processor E78, Intel Core Xeon Processor E79, Intel Core Xeon Processor E80, Intel Core Xeon Processor E81, Intel Core Xeon Processor E82, Intel Core Xeon Processor E83, Intel Core Xeon Processor E84, Intel Core Xeon Processor E85, Intel Core Xeon Processor E86, Intel Core Xeon Processor E87, Intel Core Xeon Processor E88, Intel Core Xeon Processor E89, Intel Core Xeon Processor E90, Intel Core Xeon Processor E91, Intel Core Xeon Processor E92, Intel Core Xeon Processor E93, Intel Core Xeon Processor E94, Intel Core Xeon Processor E95, Intel Core Xeon Processor E96, Intel Core Xeon Processor E97, Intel Core Xeon Processor E98, Intel Core Xeon Processor E99, Intel Core Xeon Processor E100.

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A **Receita Federal** resolveu facilitar o despacho aduaneiro de mercadorias que entram no País transportadas a granel (grãos e óleo), plantas, animais vivos, frutas frescas e outros produtos facilmente perecíveis.

Entram na lista também mercadorias importadas pela administração pública direta e indireta do governo federal, Estados e municípios.

A flexibilização ocorre num momento em que os servidores do órgão fazem, desde o início do ano, um movimento grevista para pressionar o governo a regulamentar um bônus de eficiência vinculado à produtividade, e que funciona como um adicional do salário. O movimento tem como marca principal "operações tartaruga", que afetam os despachos aduaneiros, sobretudo nos portos.

As empresas podiam fazer o registro antecipado da Declaração de Importação antes mesmo de os produtos chegarem ao País. Mas a importação, obrigatoriamente, não poderia passar diretamente pelo canal verde, onde o desembaraço da mercadoria é automático, dispensando o exame documental e a verificação física da mercadoria.

As mercadorias eram levadas automaticamente para o

canal amarelo (que faz análise dos documentos) ou para o vermelho (que faz a conferência documental e física). Portaria da Receita do último dia 11, porém, "desliga" essa "trava", permitindo que a mercadoria seja agora também direcionada para o canal verde.

Para o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, a nova norma vai facilitar a entrada de mercadorias contrabandeadas no País. O sindicato vê ligação da medida com a diminuição de 40% no efetivo de auditores sem perspectiva de liberação de novos concursos públicos.

Para o subsecretário de Administração **Aduaneira**, Fausto Vieira Coutinho, a mudança segue acordos internacionais para aprimoramento do modelo de fiscalização **aduaneira** baseada em gestão de riscos: o Acordo de **Facilitação do Comércio** e na Convenção de Quioto.

Reação

Sindicato de auditores diz que medida incentiva entrada de contrabando no País, o que a Receita rebate

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Nova regra de precatório elevará dívida, avisa Salto

*Cristiano Romero De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Retomada de serviços engorda arrecadação de ISS nas capitais

*Marta Watanabe De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Justiça assegura vitória do contribuinte no Carf

*Arthur Rosa De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1)

# Parlamentares aprovam projeto de lei que garante recursos para Plano Safra

**Renato Machado e Danielle Brant**

Após garantir a manutenção dos cortes do presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento, o Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (28) projeto de lei que repassa recursos para o Plano Safra, de crédito aos produtores rurais.

A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos deputados e senadores.

Os recursos para o Plano Safra vinham sendo alvo de pressão por parte dos ruralistas, uma vez que as linhas de crédito estavam paralisadas por falta de recursos.

O governo havia solicitado a aprovação dos projetos pelo Congresso para a liberação dos recursos, mas houve um grande impasse que durou algumas semanas. Isso porque os governistas exigiam em troca a manutenção dos vetos presidenciais ao Orçamento, que resultaram em cortes principalmente no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e na Educação.

O projeto de lei aprovado prevê a liberação de R\$ 2,572 bilhões. A proposta inicial determinava repasses de R\$ 1,7 bilhão em favor do governo federal, estados e municípios, basicamente para o custeio de servidores. Em fevereiro deste ano, no entanto, o governo encaminhou uma mensagem que suplementou os valores, em cerca de R\$ 800 milhões, exclusivamente para atender às necessidades do Plano Safra da safra vigente.

Outros dois projetos do Congresso que liberam recursos foram aprovados. Um deles prevê o repasse de R\$ 7,6 bilhões para estados e municípios, em decorrência de leilões da Petrobras. O outro prevê mecanismos para alterar a lei orçamentária e facilitar pagamento de precatórios -dívidas da União, resultado de decisões judiciais.

O governo obteve uma vitória durante a votação nesta quinta: o Congresso manteve o polêmico veto presidencial à lei orçamentária, incluindo o corte de R\$ 988 milhões nas despesas do **INSS**.

O Congresso havia aprovado uma dotação de R\$ 2,388 bilhões para gastos de custeio do órgão. Bolsonaro, porém, vetou 41% dessa verba, deixando o

**INSS** com uma previsão de R\$ 1,4 bilhão para o ano. Técnicos consideram o valor insuficiente para assegurar as atividades do órgão.

A votação foi marcada por grande polêmica. Havia vetos presidenciais que trancavam a pauta, por terem prioridade na apreciação. O vice-presidente da Câmara e do Congresso, Marcelo Ramos (PSD-AM), havia anunciado no passado que não atropelaria vetos presidenciais, por contrariarem a Constituição.

Por isso começou a votar os vetos, enquanto líderes elaboravam um acordo, firmado no meio da tarde. A decisão, no entanto, começou a favorecer o governo, uma vez que não havia articulação na oposição para a derrubada de vetos mais polêmicos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>

# Governo registra déficit de R\$ 6,3 bi

## **EDUARDO RODRIGUES ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA**

Mesmo com o forte crescimento da arrecadação de **tributos** federais, as contas do governo fecharam no vermelho em março. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 6,3 bilhões - ante R\$ 2,039 bilhões no mesmo mês de 2021.

O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, ficou abaixo das estimativas do mercado financeiro. A maioria dos analistas apontava para um saldo negativo de R\$ 12,7 bilhões no mês, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast junto a 23 instituições financeiras.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, afirmou que o aumento real de 13,5% das despesas totais em março decorreu da alta nos pagamentos do abono salarial e do Auxílio Brasil.

Os dados apresentados pelo órgão mostram que a despesa total com o abono e o seguro-desemprego chegou a R\$ 33,4 bilhões no primeiro trimestre, sendo R\$ 16 bilhões apenas em março.

Com o dado de março, o resultado primário nos três primeiros meses do ano acumulou superávit de R\$ 49,6 bilhões, o melhor patamar para o período desde 2012, considerando valores corrigidos pela **inflação**. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado ficou positivo em R\$ 24,2 bilhões.

ANUALIZADO. Já em 12 meses até março, o governo apresenta um déficit de R\$ 15,5 bilhões - equivalente a 0,17% do **PIB**. A meta fiscal para este ano admite um déficit de até R\$ 170,5 bilhões nas contas do governo central, mas a equipe econômica espera fechar o ano com um rombo de R\$ 66,9 bilhões, conforme projeção divulgada no último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

Para Paulo Valle, o desempenho anual poderá ser até melhor, destacando que a percepção do mercado para o resultado primário do governo e para a dívida pública tem melhorado mensalmente. Conforme o Relatório Prisma Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o mercado esperava em janeiro um déficit primário superior a R\$ 90 bilhões, diante das incertezas sobre os rumos da economia brasileira. Em abril, a estimativa caiu para um rombo de R\$ 46,3 bilhões. A mediana das

estimativas do Projeções Broadcast aponta para um déficit fiscal de R\$ 49,5 bilhões neste ano.

## Cenário

O secretário do Tesouro cita as projeções decrescentes do mercado para o déficit no ano

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 13º do INSS: novo grupo recebe primeira parcela adiantada nesta sexta

## Por g1

A primeira parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem 1 salário mínimo e possuem 5 como número final do cartão de benefício (sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço) será liberada nesta sexta-feira (29).

O pagamento será feito junto com os benefícios referentes a abril. A segunda parcela do 13º deste grupo será paga no dia 31 de maio.

O decreto com a antecipação do benefício foi assinado em março. Este será o 3º ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão o 13º antes das datas tradicionais, em agosto e dezembro.

Os aposentados e pensionistas do **INSS** começaram a receber o 13º adiantado nesta segunda-feira (25). Até 6 de maio, mais de 31 milhões de segurados receberão a primeira parcela.

## LEIA TAMBÉM:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087Veja calendário de benefíciosProva de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

A maioria recebe 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

Confira abaixo os calendários de pagamento dos benefícios. Eles levam em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

## Calendários de pagamento

### Quem recebe

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde

1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

## Como consultar os benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h;O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício;A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para download para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/29/13o-do-inss-novo-grupo-recebe-primeira-parcela-adiantada-nesta-sexta.ghtml>

# Não há recursos para ampliar os R\$ 400 do Auxílio Brasil, diz secretário do Tesouro



Idiana Tomazelli

O governo não tem espaço no Orçamento para ampliar o valor mínimo de R\$ 400 pago aos beneficiários do Auxílio Brasil, disse nesta quinta (28) o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle.

Nos últimos dias, parlamentares da oposição tentaram pressionar o governo para aumentar o piso do benefício social, em meio à votação de uma medida provisória que tratava do programa. A investida preocupou a área econômica.

"Não tem espaço para aumentar os R\$ 400", afirmou.

Na Câmara, os deputados aliados do governo conseguiram manter o valor mínimo em R\$ 400.0 texto ainda precisa passar pelo crivo do Senado, mas o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou que a tendência é manter o mesmo valor.

Segundo técnicos do governo, cada R\$ 1 de aumento teria impacto de R\$ 142 milhões, considerando o público de 17,8 milhões de famílias alcançadas e os oito meses restantes no ano. A oposição almejava subir o valor para R\$ 600 -o que resultaria em gasto adicional de R\$ 28,4 bilhões.

O Orçamento tem R\$ 88,6 bilhões reservados para o Auxílio Brasil neste ano, considerando o valor mínimo de R\$ 400. As demais despesas já estão travadas no teto de gastos, e o governo já tem precisado recorrer a cortes para evitar um estouro do limite de despesas.

Na votação, a Câmara também tornou permanente a parcela do benefício social que duraria só até dezembro de 2022, o chamado benefício extraordinário.

Na época da criação do Auxílio Brasil, o governo não tinha fontes permanentes de receita em valor suficiente para bancar um aumento expressivo no Bolsa Família, que pagava em média R\$ 190 por família.

Por isso, foi concedido um reajuste permanente que elevou o tíquete médio a R\$ 224. Outra parcela, temporária, foi criada em dezembro de 2021 no valor necessário para chegar aos R\$ 400 prometidos por Jair Bolsonaro (PL).

A parcela temporária terminaria em dezembro -suficiente apenas para Bolsonaro atravessar o período eleitoral.

O secretário do Tesouro disse também que o Ministério da Economia ainda não recebeu comunicação oficial do Planalto sobre nenhuma decisão envolvendo o reajuste dos **servidores públicos**.

Como antecipou a Folha, Bolsonaro decidiu, em reunião no dia 13 de abril, conceder um reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento -o que vai levar a um corte de verbas em outras áreas.

O custo total da medida é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, considerando seu alcance não só sobre o Executivo, mas também sobre carreiras do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano.

No Executivo, a medida tem impacto de R\$ 6,3 bilhões neste ano. Por isso, será necessário ampliar a reserva em R\$ 4,6 bilhões, via corte linear nas despesas de custeio e investimentos dos ministérios (as chamadas discricionárias).

O custo para demais Poderes é de R\$ 1,6 bilhão, mas o impacto nesse caso cabe nos respectivos tetos do Judiciário, Legislativo, Ministério Público e da Defensoria.

"Não é o Tesouro que toca esse processo. Certamente



nós fizemos análise do [espaço no] teto em várias propostas, inclusive essa dos 5%. Subsidiemos como informação, mas não tivemos retorno oficial", disse Valle.

Segundo o secretário, o ideal é ter uma posição definida até o fim de maio para dar tempo de disparar os trâmites necessários. Embora o reajuste possa ser concedido via MP, com vigência imediata, há necessidade de alterar a reserva orçamentária, o que requer aval prévio do Congresso.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>**

# Governo acena com crédito para Proex no fim de maio

*Lu Aiko Otta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Políciais federais protestam contra reajuste de 5%

*Isadora Peron De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Brasil entre os países com maior taxa de desemprego

**Vinicius Guidoni**

colocaria o Brasil na 11a posição.

A taxa de desemprego do Brasil deve ficai\* entre as maiores do mundo em 2022, segundo a agência de classificação de risco Austin Rating, elaborado a partir das novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia global.

No ranking, que inclui as projeções do FMI para um conjunto de 102 países, o Brasil aparece com a 9a pior estimativa de desemprego no ano (13,7%), bem acima da média global prevista para o ano (7,7%), da taxa dos emergentes (8,7%) e é a 2a maior entre os membros do G20 - atrás só da África do Sul (35,2%).

A taxa média de desemprego no Brasil em 2021 foi de 13,2%, contra 13,8% em 2020, segundo dados do IBGE.

O diretor de Conteúdo Técnico Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Espírito Santo (IBEF-ES), Thiago Goulart, aponta alguns fatores que impedem o País a diminuir o desemprego.

"Alguns pontos que mantêm o Brasil em patamares elevados de desemprego são a **inflação** persistente, juros ainda em trajetória de alta, renda em queda das famílias, incertezas relacionadas à situação fiscal do País e a disputa eleitoral", disse Thiago Goulart O diretor observou ainda que outro fator que influencia é a guerra na Ucrânia e o choque de preços no mundo todo, principalmente em relação a energia e combustíveis. Além disso, a melhora na situação da empregabilidade no País, segundo ele, só vai acontecer com o crescimento econômico.

"A retomada do crescimento econômico é o principal ponto para mitigar o desemprego. Muitas reformas estruturantes ficaram no meio do caminho ao longo do atual governo que, é bom lembrar, foi prejudicado pela pandemia. Uma **reforma tributária** é indispensável para restaurar a **confiança** no País, tornar mais equânime a renda e diminuir a desigualdade".

O levantamento da Austin mostra que o Brasil registrou a 16a pior taxa de desemprego do mundo em 2021. No ano anterior, tinha ficado na 22a posição no ranking. A agência faz uma projeção menos pessimista que a do FMI para o desemprego do Brasil em 2022. Estima uma taxa média de 13%, o que

# Congresso aprova redução de impostos

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto de lei (PLN 2/2022) que permite ao Executivo reduzir os **tributos** sobre combustíveis sem a necessidade de compensar a perda de arrecadação. O texto promove alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022. Agora, o projeto segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL). O projeto havia sido aprovado em março pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Em plenário, foi alvo de mais mudanças durante a votação, como na questão de compensação prevista na LDO de 2022.

O texto aprovado assegura que o Executivo não precisa compensar a perda de receita com a redução de **tributos** sobre operações com biodiesel, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural. Pela regra anterior, a compensação precisaria ocorrer por meio de aumento de receitas ou redução de despesas.

Outro ponto predominante na proposta são os dispositivos que buscam regular o pagamento de dívidas judiciais, os precatórios. O texto exige uma programação orçamentária específica para que o contribuinte possa usar precatórios para quitar dívidas com o poder público. A mesma regra vale para o encontro de contas entre as pessoas jurídicas de direito público. O texto aprovado também dispensa o governo de suplementar o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Na LDO, o Fundo Eleitoral tem uma previsão de R\$ 5,7 bilhões. Na prática, com a Lei Orçamentária de 2022, apresenta um valor inferior, de R\$ 4,9 bilhões - uma diferença de R\$ 800 milhões.

PETROBRAS O Congresso aprovou também o projeto de lei (PLN 3/2022) que transfere a estados, municípios e ao Distrito Federal um crédito especial no valor de R\$ 7,7 bilhões, provenientes de leilões vinculados à Petrobras, em áreas não concedidas do pré-sal. O projeto de lei segue para sanção presidencial. A proposta destina R\$ 3,489 bilhões aos estados e o mesmo valor (R\$ 3,489 bilhões) aos municípios. O restante, cerca de R\$ 698 milhões, será destinado a estados produtores, que fazem fronteira com a área das jazidas.

O texto determina que a aplicação dos recursos deve ser para despesas previdenciárias ou de investimentos. Os gastos com previdência podem ser estendidos a pessoas jurídicas. Já nos investimentos,

o projeto estabelece que os recursos sejam destinados ao pagamento de fundos de previdência e pagamentos sociais. Também está autorizada a utilização do dinheiro para quitar parcelamentos de débitos até o final do mandato do prefeito ou do governador.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/04/2022/p1>

# Bolsonaro eleva tributo sobre bancos para custear Simples

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou nesta quinta-feira (28) uma medida provisória que eleva a tributação sobre bancos e instituições financeiras para custear a abertura do programa de renegociação de dívidas de empresas do Simples Nacional.

Como mostrou a Folha, a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos bancos subirá de 20% para 21% até o fim do ano. Já a alíquota das demais instituições financeiras passará de 15% para 16%.

A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União e, antes mesmo da publicação, já vinha sendo criticada pelos bancos por ampliar a carga tributária sobre o setor em um momento de elevação da taxa de juros.

A MP tem vigência imediata, mas o aumento do tributo só terá efeito daqui 90 dias).

Bolsonaro também editou um decreto para cortar o benefício dos xaropes de refrigerantes produzidos na Zona Franca de Manaus.

As elevações de **tributos** são necessárias para compensar uma renúncia de R\$ 500 milhões com o Relp (Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional), como ficou conhecido o Refis focado nos pequenos negócios.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>

# No STF, pressão por fim do inquérito das fake news

**GERALDA DOCA E MARIANA MUNIZ**  
*pditica@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Guerra acelera disparada dos preços na indústria

*Lucianne Carneiro Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)



# PL de criptomoedas pode destravar fundos

**Ricardo Bomfim De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=1&section=1)

# Brasil lidera ranking de devastação de florestas

**TAINÁ ANDRADE**

Soou, mais uma vez, o alerta contra o desmatamento no Brasil. O monitoramento do Global Forest Watch (GFW), mostra que, no ano passado, 1,5 milhão de hectares de florestas tropicais foram derrubadas no país. A área destruída equivale a aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados. A plataforma divulgou, ontem, que o Brasil responde por 40% da extinção de florestas no mundo. Com esses números, o país lidera o ranking mundial de perda de florestas.

"Todos os sistemas que monitoram as florestas vinham assinalando que a curva ascendente da evolução do desmatamento ainda não havia sido reduzida no Brasil. Mas a questão é que, na comparação global, a coisa fica mais alarmante. Isso mostra, principalmente, que ainda não se conseguiu reverter o modelo de que a floresta é mais importante derrubada, para se ter outros recursos, do que de pé, que também pode gerar riquezas", explicou Fabíola Zerbini, diretora de Florestas, Agricultura e Uso do Solo do WRI Brasil.

No mundo, o total de hectares perdidos é de 3,75 milhões. Desde 2016, o Brasil tem mantido perdas acima de 1 milhão de hectares. Apesar do número atual ter diminuído desde o último relatório, a preocupação com o território brasileiro continua sendo pela quantidade de florestas que o país detém. Segundo o GFW, cerca de um terço das florestas tropicais primárias remanescentes do mundo estão aqui. "É especialmente preocupante, pois novas evidências revelam que a Floresta Amazônica está perdendo resiliência, estando mais perto de um ponto de inflexão do que se pensava anteriormente", observou Zerbini.

O relatório apontou as queimadas como uma das causas da devastação. Uma expansão relevante ocorreu do desmatamento no oeste da Amazônia, ao longo de estradas, como a BR-319, localizada no Norte do país, cortando de Manaus (AM) a Porto Velho (RO). Junto com isso, o aumento de áreas agrícolas foi de 9% entre 2020 e 2021.

André Guimarães, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e membro da Coalizão do Clima, descreve o conjunto de fatores nocivos ao meio ambiente. "Hoje existem diversas

formas que incentivam uma visão de curto prazo. Projetos de lei para promover garimpos e atividades em terras indígenas, desmonte de órgãos de fiscalização, por exemplo. O agronegócio tem sua responsabilidade também [no desmatamento], porque tem alguns que não respeitam o Código Florestal. Mas não são agricultores e pecuaristas, os maiores vilões do desmatamento na Amazônia. São principalmente os grileiros, pessoas que estão se apropriando de terras públicas, que estão à margem da lei", frisou.

Para ele, ainda, o monitoramento mostra que o Brasil caminha na contramão do mundo, ao mesmo tempo que monta uma armadilha contra a principal fonte econômica atual: o agronegócio. "Somos um país que tem uma forte economia dependente do agronegócio, mais de 27% do PIB está ligado a esse setor. Vale dizer que grande parte da agricultura brasileira não é irrigada, depende de ciclos naturais de chuva, e o desmatamento altera isso. Então, outra consequência do desmatamento é colocar em risco a agricultura, por conseguinte a economia", correlacionou.

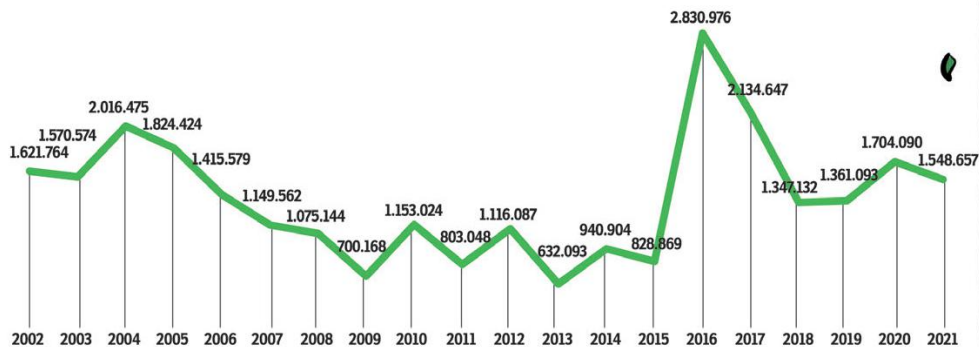
"O mundo, hoje, está preocupado com o desmatamento, os nossos clientes estão alarmados com os índices de desmatamento por causa das mudanças climáticas. Esse resultado mostra que o Brasil está na contramão. Enquanto o mundo busca formas de reduzir as mudanças climáticas, essa seria a grande contribuição brasileira", completou.

Zerbini considera que o diagnóstico é um chamado para o enfrentamento. "O Brasil tem muito conhecimento, tem inteligência em torno de como reverter esse dado. Acredito que, mais uma vez à frente desse alarme, iniciativas devem ser fortalecidas", comentou.

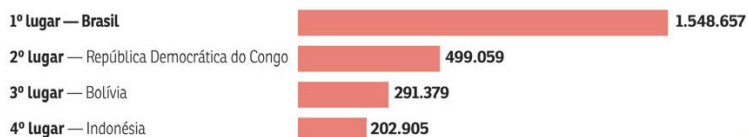
## Destruição ambiental

Em 20 anos, o Global Forest Watch monitorou o desmatamento no Brasil. A destruição ambiental cresceu ao longo dos anos, mas oscilou — chegando a menos de 1 milhão de hectares devastados — entre 2009 e 2011. Os índices mantiveram-se baixos entre 2013 e 2015.

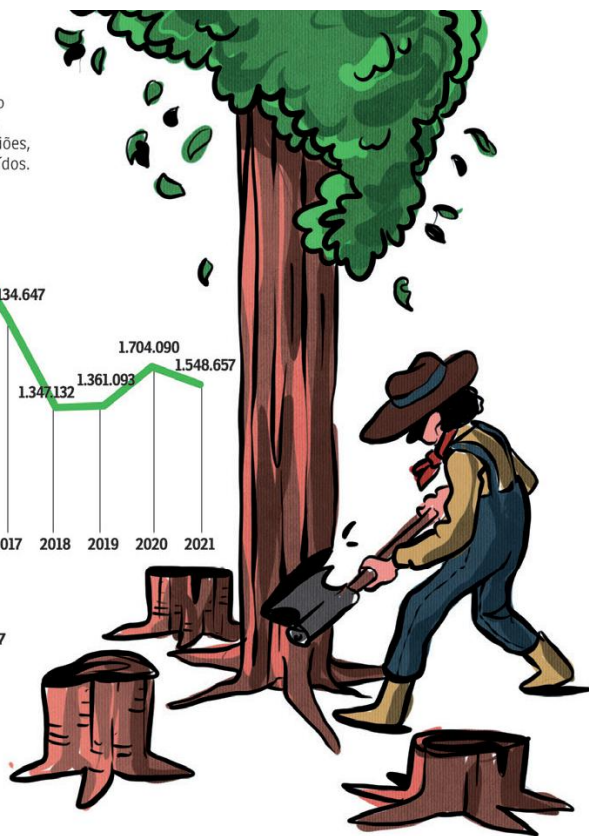
A partir de 2016, a devastação aumentou substancialmente, ultrapassando, em duas ocasiões, 2 milhões de hectares destruídos.



### RANKING MUNDIAL DE PERDA DE FLORESTAS (Em hectares)



Fonte: Global Forest Watch



## Entre os campeões do desemprego



Isabel Dourado\*

Um levantamento feito pela agência de classificação de risco Austin Rating aponta que o Brasil deve aparecer entre os 10 países com as maiores taxas de desemprego no mundo em 2022. Com um índice de 13,7% da população ativa sem trabalho, o país terminará o ano, segundo o estudo, na 9ª posição da lista. O trabalho foi feito com base em projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 102 países. O Brasil tinha ficado com a 16ª pior posição em 2021 e com a 22ª em 2020, ou seja, a situação se agravou nos últimos anos.

A média global de desemprego para este ano, ainda de acordo com o estudo, será de 7,7%. O Brasil, além de apresentar situação bem pior, tem uma taxa maior do que a média das nações emergentes (8,7%). Além disso, o índice de desocupação no país é o segundo mais elevado entre os membros do G20, o grupo das maiores economias do mundo, perdendo somente para a África do Sul.

Desde 2016, o desemprego no Brasil supera os dois dígitos. A menor taxa da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi registrada em 2013, quando ficou em 6,3%. O último dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registra que, no trimestre encerrado em fevereiro passado, a taxa de desemprego no país foi de 11,2%, indicando que 12 milhões de brasileiros estão à procura de trabalho.

Virginia Prestes, professora de finanças da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), de São Paulo, explicou que o desemprego está diretamente

relacionado ao baixo crescimento econômico do Brasil. "O país teve uma década perdida em o **PIB** (Produto Interno Bruto) ficou praticamente estagnado, enquanto o mundo crescia. Por outro lado, a gente teve uma **inflação** muito alta. Isso corrói o poder de compra, e, nesse cenário, as empresas não têm por que investir e contratar mão de obra", disse. Além disso, "a legislação trabalhista é complexa e não incentiva a criação de emprego com carteira assinada".

Bruno Carazza, mestre em economia pela Universidade de Brasília, afirmou que a economia brasileira vive há muito tempo uma grande perda de dinamismo, que se reflete na taxa de desemprego. "Existem fatores conjunturais que levam a isso, como a sequência de crises que vivemos desde 2015, com a recessão gerada durante o governo Dilma e a pandemia", observou.

"Nossos trabalhadores estudam pouco, em comparação a outros países, e o ensino, em geral, é de má qualidade. Da parte das empresas, existem muitas barreiras comerciais que encarecem a incorporação de tecnologias. O crédito caro e a insegurança jurídica também travam os investimentos. São várias questões que dificultam o crescimento sustentável do **PIB** brasileiro e comprometem a geração de empregos", concluiu Carazza.

\* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Mal na foto

### Maiores taxas de desemprego previstas para 2022:

1. África do Sul	35,2%
2. Sudão	30,2%
3. Cisjordânia e Faixa de Gaza	25,7%
4. Armênia	19,5%
5. Geórgia	18,5%
6. Bósnia-Herzegovina	15,7%
7. Macedônia do Norte	15,7%
8. Bahamas	13,9%
<b>9. Brasil</b>	<b>13,7%</b>
10. Costa Rica	13,4%
11. Espanha	13,4%
12. Grécia	12,9%
13. Colômbia	11,9%
14. Marrocos	11,7%
15. Turquia	11,3%

# Bolsonaro culpa governadores por crise econômica



“A péssima condução por parte de muitos governadores levou a esse caos. Se não fôssemos nós, ao conceder o auxílio emergencial lá em 2020, e uma parte de 2021, como estariam as pessoas?”

■ Jair Bolsonaro, presidente da República, em discurso para vereadores

## Luana Patriolino

Em tom de campanha, o presidente Jair Bolsonaro (PL) comentou, durante live ontem à noite, o preço dos combustíveis no Brasil e a alta da **inflação**. E responsabilizou, mais uma vez, os governadores pela crise econômica no país. "**Inflação** tá no mundo todo. Essa crise, esses problemas, a pandemia. A péssima condução por parte de muitos governadores levou a esse caos. Se não fôssemos nós, ao conceder o auxílio emergencial lá em 2020, e uma parte de 2021, como estariam as pessoas?", disse. "E, agora, vêm uns candidatos aí, que nem são governadores, e querem colocar a culpa em mim. Na **inflação**, nos combustíveis, no preço da energia elétrica. O que os governadores que são simpáticos ao Lula fizeram? Impuseram as maiores medidas restritivas em todo o país", afirmou.

Bolsonaro ainda atacou a política do presidente da Argentina, Alberto Fernández. "Na nossa querida Argentina, cria-se mais um imposto sobre lucros inesperados. Eu não sei o que é isso. Lamentavelmente ladeira abaixo. Na Argentina também, de acordo com o jornal Jovem Pan, o preço da carne aumentou 235% no governo Fernandez. A Argentina é um produtor e exportador de carne. No Brasil aumentou? Aumentou. Mas não foi tudo isso", comparou.

No Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da **inflação** oficial, chegou a 1,73% em abril deste ano. O resultado ficou acima das taxas de março deste ano e

de abril de 2021. Essa é a maior variação mensal desde fevereiro de 2003 (2,19%) e a maior para um mês de abril desde 1995 (1,95%).

Bolsonaro ainda fez um aceno aos caminhoneiros. "Deixar bem claro para os caminhoneiros: o imposto do diesel, eu zerei. Eu gostaria que os governadores fizessem algo parecido. Eu sei que os governadores de Rondônia, de Roraima, diminuíram um pouco o preço dos combustíveis, levando em conta o que podem diminuir: o ICMS e tudo mais", disse.

Mais cedo, Bolsonaro discursou para vereadores durante a 21- Marcha dos Legislativos Municipais a Brasília, no Ópera Hall, para uma plateia que se dividia a favor e contra o seu governo. Enquanto ele dizia que os vereadores eram seus irmãos e que estar lá lhe dava orgulho, a plateia gritava "mito" e "Lula Lula Lula, olê olê". "Fui vereador na capital do Rio de Janeiro, aqui está a base da política, aqueles que sabem o que o povo necessita", disse o presidente. Alguns vereadores gritaram "miliciano" e outros "Lula Ladrão, seu lugar é na prisão". Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) dividem o protagonismo nesta eleição.

Bolsonaro disse também estar "orgulhoso e feliz" por conceder o perdão presidencial ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a cumprir pena de 8 anos e 9 meses por atos antidemocráticos. "Vocês viram durante a semana um ato do presidente da República com uma pessoa que estava sendo injustiçada. Isso que fiz não é apenas para aquele deputado, é para todos vocês", disse o presidente. "A nossa liberdade não pode continuar sendo ameaçada. Dizer a vocês que me senti orgulhoso e feliz comigo mesmo pela decisão tomada", afirmou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/29/04/2022/p1>

# Com rombo de R\$ 6,3 bi, Tesouro tem pior resultado para março desde início da pandemia

As contas do governo central -que incluem o Tesouro Nacional, a Previdência e o Banco Central- tiveram um resultado negativo de R\$ 6,3 bilhões no mês de março, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28).

O resultado demonstra que o governo gastou mais do que arrecadou no mês passado. Foi o pior dado para março desde 2020, já descontado o efeito da inflação.

Apesar do déficit no mês, as contas públicas ficaram no azul no primeiro trimestre do ano, com um saldo positivo de R\$ 49,6 bilhões, graças a um superávit expressivo no mês de janeiro.

Para o Tesouro, o resultado dos primeiros três meses é indicativo de que o saldo das contas em 2022 pode ficar melhor do que o projetado no relatório de avaliação do Orçamento do primeiro bimestre.

Em março, o Ministério da Economia anunciou uma estimativa de rombo de R\$ 66,9 bilhões nas contas este ano -resultado melhor do que o autorizado na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que permite um déficit de até R\$ 170,5 bilhões.

"Os resultados apurados no primeiro trimestre do ano sugerem que o balanço primário do governo central poderá ser superior ao projetado no relatório", diz o órgão.

O Tesouro aponta como evidências desse melhor desempenho um crescimento mais expressivo na receita líquida, que teve alta nominal de 18,8% em março ante igual mês de 2021. A previsão oficial é mais conservadora, com um avanço de 6,8%.

Do lado das despesas, houve um crescimento de 26,3% em termos nominais (ou de 13,5% quando descontado o efeito da inflação) no mês, mas o Tesouro ressalta que a continuidade desse movimento é limitada pelo teto de gastos -âncora fiscal do governo que limita o avanço das despesas à variação da inflação.

A redução no rombo fiscal tem sido destacada por integrantes da equipe econômica como sinal de

melhora nas contas.

"Os bons resultados registrados no início de 2022 apontam para a continuidade do processo de consolidação fiscal, fruto do bom momento da arrecadação e do controle das despesas", diz o Tesouro.

O órgão ressalta, no entanto, que esse esforço precisa continuar nos próximos anos. As estimativas mais recentes do próprio governo indicam que o quadro de déficit nas contas permanecerá até 2024, como antecipou a Folha.

"Uma redução mais consistente da dívida pública requer resultados primários positivos mais robustos", afirma o Tesouro.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>

# Há inflação, mas não desabastecimento, afirma Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro reconheceu nesta quinta-feira (28) que o país sofre com a **inflação**, mas ressaltou que não há desabastecimento de gêneros alimentícios e insumos, em meio à divulgação de recentes índices que apontam uma persistência da alta nos preços.

"O Brasil atravessa ainda um momento difícil como todo o mundo, consequências da pandemia e de uma guerra bem distante daqui", disse. "Sofremos com a **inflação**, o preço dos combustíveis e da energia, mas não temos desabastecimento", emendou ele, em evento em Paragominas (PA) de entrega de títulos de regularização fundiária.

Na véspera, o IBGE havia informado que o IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) teve em abril alta de 1,73%, a taxa mais elevada para o mês desde 1995.0 resultado levou o avanço acumulado do IPCA-15 em 12 meses a 12,03%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>**



# Brasil cria 136 mil vagas formais em março, mas salários têm nova queda

**Fábio Pupo**

O país registrou a criação líquida de 136 mil empregos com carteira assinada em março. Apesar do saldo positivo, os dados continuam mostrando desaceleração em relação ao ano passado e queda na média salarial dos contratados.

Os dados foram divulgados por meio do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apresentado nesta quinta-feira (28) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo do mês resulta de 1,95 milhão de contratações e 1,81 milhão de desligamentos.

O resultado é 11% menor do que em março de um ano antes. Em janeiro, o saldo já havia sido 38% menor do que em um ano antes e, em fevereiro, a queda tinha sido de 17% no mesmo tipo de comparação. Para o ministério, a desaceleração em 2022 é natural após um 2021 de recuperação da economia.

O Ministério do Trabalho e Previdência afirma que os dados neste ano tendem a estar mais alinhados com o desempenho da atividade. O mercado espera que o país cresça 0,65% neste ano, de acordo com o mais recente boletim Focus, que traz estimativas de analistas compiladas pelo Banco Central.

O setor de serviços mais uma vez liderou a abertura de vagas (111,5 mil), embora mostre um ritmo menor do que em meses anteriores (em fevereiro, por exemplo, o saldo havia ficado positivo em mais de 200 mil). O destaque ficou a seção de transporte, armazenagem e correio (com 16,2 mil postos criados).

Em seguida na lista de maiores geradores de emprego, ficaram construção (25 mil vagas criadas), indústria (15,2 mil) e construção (apenas 352 postos). Já a agropecuária teve desempenho negativo e cortou 15,9 mil postos de trabalho.

Os dados neste ano sofrem influência da gradual eliminação dos efeitos do programa emergencial de manutenção de emprego e renda. Criada na pandemia, a medida foi considerada fundamental por especialistas para sustentar o mercado de trabalho durante o auge da crise da Covid-19.

Um reflexo disso começa a ser observado no número

de pedidos de seguro-desemprego, que subiu 15% em relação a um ano antes e alcançou 674,6 mil requisições em março.

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, afirma que o aumento de pedidos está ligado ao fim do programa, mas que as requisições estão abaixo de outros momentos de crise econômica. "Apesar de uma relativa elevação no número de solicitações, é um número ainda bastante inferior considerando o histórico recente do país", afirmou.

Nem todas as regiões tiveram resultado positivo neste mês. Houve criação de vagas no Sudeste (com abertura de 75,8 mil postos), no Sul (33,6 mil), no Centro-Oeste (20,2 mil) e no Norte (9,3 mil). Já o Nordeste fechou 4,9 mil postos de trabalho.

A criação de vagas contrasta com salários de admissão caindo novamente. Já são dois meses seguidos de retração, após as quedas consecutivas registradas ao longo de 2021 (depois de um intervalo de crescimento em dezembro do ano passado e em janeiro deste ano).

A remuneração média para quem foi contratado em março foi de R\$ 1.872,07, queda real de 7,2% em relação a um ano antes. Segundo os técnicos, a menor remuneração é tradicionalmente observada em momentos de retomada do emprego.

Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, afirma que a queda nos salários de admissão decorre de um movimento de pessoas de menor qualificação se inserindo no mercado de trabalho formal -e de parte com maior qualificação recebendo menos do que antes.

A LCA atualizou no mês passado a projeção de saldo de empregos para 2022 de 895 mil para 1,1 milhão de postos formais. As melhores expectativas decorrem dos efeitos do Auxílio Brasil e dos saques extraordinários do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

"Este ano o saldo de vagas será influenciado pelo cenário econômico, que, apesar de sofrer com **inflação** e juros elevados, vem se beneficiando do pacote de estímulos feitos pelo governo para este ano

para [o presidente Jair] Bolsonaro tentar a reeleição".

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49895&anchor=6454920&pd=78a2ff992dcbdb6545407b32c7ea5e31>**

## O que era ruim ficou pior (Editorial)



A aprovação do Auxílio Brasil pela Câmara vai tornar permanente um programa pretensamente social eivado de interesses eleitorais desde sua concepção. Como tudo no governo Jair Bolsonaro, ele expõe um misto de improviso, irresponsabilidade e má-fé. É a perfeita representação da mesquinhez política do Centrão, que não vê pessoas, somente votos, e explora a pobreza de uma forma que parecia a caminho da superação na história do País.

Pretexto para mudar a Constituição e destroçar o teto de gastos, detestado pelos populistas, o Auxílio Brasil abriu espaço para referendar um calote nos precatórios, aumentar o espaço das emendas de relator, elevar o fundo eleitoral e reservar recursos para reajuste de servidores. Para tornar permanente o benefício - composto por uma parcela fixa e outra temporária, que acabaria no fim deste ano -, o governo usou de mais uma manobra. Um parecer jurídico dispensou a necessidade de fonte de compensação para assegurar o piso mínimo de R\$ 400 e livrou o Executivo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto, relatado pelo também pré-candidato e ex-ministro da Cidadania João Roma (PL-BA), não deve passar por dificuldades no Senado. Ninguém no Congresso quer o ônus de barrar um programa social em ano eleitoral.

A combinação perversa entre desempenho econômico pífio, desemprego consistente e **inflação** elevada trouxe de volta a fome a quase 20 milhões de brasileiros.

As principais cidades do País estão tomadas por barracas habitadas por famílias inteiras; em vez de estarem na escola, crianças pedem dinheiro nos semáforos e comida na entrada dos mercados. A situação é grave e demanda solução, mas ela não virá por meio do Auxílio Brasil, a despeito dos quase R\$ 89 bilhões que o programa consumirá neste ano.

Certamente havia espaço para aprimorar o Bolsa Família e corrigir suas falhas. Aumentar o valor do benefício era uma necessidade urgente, agravada pelo avanço dos preços de todos os itens básicos. Mas qualquer política de transferência de renda deve ter foco e eficiência para trazer resultado. É evidente que o correto seria pagar mais aos mais necessitados, e não tratar as famílias da mesma forma demagógica, fixando um piso de R\$ 400 para todas, independentemente de sua composição. Contribuições como a Lei de Responsabilidade Social, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), não foram sequer consideradas no debate.

Criticado por todos os especialistas, o Auxílio Brasil retirou talvez a melhor parte do Bolsa Família: as contrapartidas. Sob pena de suspensão dos pagamentos, os beneficiários tinham obrigações claras com seus filhos, como frequência escolar mínima e cumprimento do calendário de vacinação infantil. O acesso à educação e à saúde, ainda que precário, é fundamental para garantir dignidade e viabilizar uma porta de saída para a situação de extrema pobreza. Mas, como bem sabe Bolsonaro, as crianças não votam. A prioridade do Ministério da Cidadania, agora, é substituir os cartões do Bolsa Família por outros com o novo nome do programa, um capricho que custará R\$ 670 milhões.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil, o paraíso das commodities (Artigo)

*Por Paulo Gala*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Dólar volta a testar os R\$ 5, mas recua e fecha a R\$ 4,94

**VITOR DA COSTA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# EUA veem Brasil como líder regional na reorganização de cadeias globais

*Marsílea Gombata De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Gestão de risco e política monetária (Artigo)

**Antonio Madeira é economista da MCM Consultores.  
José Júlio Senna é pesquisador do FGV/Ibre e consultor  
associado da MCM.**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203)

# Inflação e câmbio vão dar o tom dos balanços do 1º tri

*Felipe Laurence e Ana Luiza de Carvalho*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=12&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=12&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187203?page=12&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187203?page=12&section=2)